

HISTÓRIA, IDENTIDADE E COOPERAÇÃO: A ÁFRICA NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ítalo Mariano Araujo Rodrigues*

Resumo: Buscou-se por este trabalho construir uma análise compreensível sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e ampliar a bibliografia acerca da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização intergovernamental constituída pelos países de língua oficial portuguesa. O corpo da análise se versa em quatro eixos principais nos quais a pesquisa foi estruturada: i. influência do português na cooperação entre os PALOP durante o período de descolonização da África; ii. contexto da crise de identidade dos PALOP em relação à lusofonia durante o período pós-colonial; iii. relações do Brasil com os PALOP e sua influência no processo que culminou na criação da CPLP na década de 90; iv. a CPLP como ferramenta de desenvolvimento e ambiente de cooperação para os PALOP. Os eixos, ordenados de forma cronológica desde as relações multilaterais pré-CPLP ao escopo das atividades recentes da organização internacional, permitiram entender as problemáticas históricas e atuais em que a CPLP se insere, esclarecendo a atuação dos PALOP na Comunidade, identificando o papel histórico da língua portuguesa e amparando a compreensão da importância da língua como fator norteador nas relações dos países africanos da CPLP.

Palavras-chave: PALOP. CPLP. África. Língua portuguesa.

Abstract: The article sought to develop a comprehensible analysis about the Portuguese-speaking African Countries (PALOP) and to amplify the bibliography on the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), an intergovernmental organization constituted by the countries where Portuguese is an official language. The analysis has four main research topics: i. the influence of Portuguese in the cooperation between the PALOP during the decolonization of Africa; ii. the context of the PALOP identity crisis regarding lusophony in the postcolonial period; iii. Brazil-PALOP relations and its influence in the process that culminated in the creation of the CPLP in the 1990s; the CPLP as a development tool and cooperation environment for the PALOP. These topics, following a chronological order from the multilateral relations before the CPLP to the recent activities of the international organization, provided an understanding of the historical and current issues concerning the CPLP, illustrating the African countries' role in the Community, depicting the historical importance of Portuguese and aiding the comprehension of language's role in PALOP relations.

Keywords: PALOP. CPLP. Africa. Portuguese language.

1 Introdução

O desígnio deste artigo é construir uma análise compreensível sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, grupo que também compõe a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização intergovernamental a qual inclui, além dos PALOP, o Brasil, Portugal e Timor-Leste.

Subsidiado por uma abrangente literatura sobre a CPLP em si, bem como sobre a história da África, política externa e lusofonia, este trabalho também se preocupa em reunir diversas

*Graduando de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: italomrodrigues@outlook.com

referências nesse campo de estudo e explorar, através de um fio histórico, temáticas abordadas durante os anos por autores africanistas acerca das relações dos países fundadores da CPLP, também postulando contribuir com uma expansão bibliográfica dos tópicos estudados.

O corpo da análise se versa em quatro eixos principais nos quais a pesquisa se estrutura: i. examinar a influência do português na cooperação entre os PALOP durante o período de descolonização da África; ii. contextualizar a crise de identidade dos PALOP em relação à lusofonia durante o período pós-colonial; iii. explorar as relações do Brasil com os PALOP e sua influência no processo que culminou na criação da CPLP na década de 90; iv. identificar a forma em que a CPLP desponta como um ambiente de cooperação propício para promover o desenvolvimento dos PALOP.

Os quatro eixos da pesquisa, ordenados de forma cronológica desde as relações multilaterais pré-CPLP ao escopo das atividades desenvolvidas pela organização internacional nos últimos anos, buscam entender as problemáticas históricas e atuais em que a CPLP se insere, objetivando esclarecer a atuação e a perspectiva dos PALOP na Comunidade, identificar o papel histórico da língua portuguesa e amparar a compreensão da língua como um fator norteador nas relações multilaterais dos países africanos da CPLP, bem como dos países de língua oficial portuguesa. Destaca-se que o referido organismo internacional proporciona um estudo de caso apto a promover discussões atuais envolvendo conceitos essenciais para a compreensão do funcionamento da Comunidade e de relações entre países, como multilateralismo, cooperação e integração.

2 Descolonização: Influência Linguística e Cooperação

A criação da CPLP, em julho de 1996, pressupõe um investimento considerável no desenvolvimento da cooperação internacional por parte de cada um dos países fundadores. É possível identificar seguramente que entre os desígnios dos estados membros africanos dessa comunidade, houve nos seus respectivos processos de independência uma disposição para estimular a aproximação dos países que possuem o português como língua oficial no continente. A língua comum entre países tão geograficamente deslocados serve como um dispositivo determinante que facilita o intercâmbio de informação e a cooperação nas áreas dos mais variados tipos, com destaque para a política e diplomacia, mas também com a cooperação jurídica, social e econômica. Ao ponderar sobre o processo de independência dos países africanos de língua oficial portuguesa, observa-se um ponto precedente desta inclinação à cooperação, praticada pelos países lusófonos tanto atualmente como durante a descolonização

e não exclusivamente na esfera da CPLP. É de relevância marcante o estabelecimento dessa propensa ligação para os esforços das colônias portuguesas em se desvincilharem do comando de Portugal, e igualmente pertinente os fatores que contribuíram para essa união.

A colonização feita por Portugal viria a estabelecer uma rede de conexões nos continentes, não somente na África. Com escopos de exploração econômica, territorial e política, Portugal deu início a um procedimento de controle impetuoso e de reparte regional no continente africano, com uma intensa ocupação militar na década de 1880, consolidando seu domínio somente durante o século XX em determinados territórios, resultando em guerras sangrentas em alguns países. Procedeu então em uma descolonização notadamente tardia em comparação com as outras colônias europeias na África. Mas além dos aspectos mais evidentes da influência colonial nos países colonizados por Portugal, é perceptível como aspectos culturais e linguísticos se entrelaçaram aos fatores nativos dos povos colonizados.

É possível observar a disseminação da língua portuguesa no continente africano pelo decorrer das explorações portuguesas datadas do século XV, transformando-se em língua franca durante o curso dos séculos seguintes. Conexões linguísticas podem ser definidas como elementares em determinar prioridades na concertação de cooperação entre países, como sem dúvida são também essenciais na concertação diplomática. Traços culturais criam propriedade na língua adquirida por herança colonial, o que se tornou, atualmente, um objeto de promoção no âmbito cooperativo desses países, como é possível destacar em variados eventos e instituições acerca da promoção da língua portuguesa, de âmbito tanto nacional como internacional, como por exemplo o Dia Internacional da Língua Portuguesa, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa e etc., sempre promovidos oficialmente pelos PALOP.

Os PALOP, compostos no período da descolonização por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau (na época, Guiné Portuguesa), Moçambique e São Tomé e Príncipe, conglomeram presentemente milhões de falantes nativos do português no continente. De acordo com o historiador David Birmingham (1995), a língua portuguesa nos PALOP é reflexo de uma penetrante transformação cultural generalizada no continente africano, que culminou na predominância das línguas coloniais nos usos jurídicos e administrativos, também sendo a preferência das classes dominantes para usos políticos e sociais, uma contribuição direta para o estabelecimento da cooperação formal entre os PALOP.

Essa cooperação, na época da descolonização, é marcada pela criação de múltiplos foros internacionais com enfoque na luta pela independência dos PALOP, como o Movimento Anticolonial (MAC), nos últimos anos da década de 1950, a Frente Revolucionária Africana

para Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), em 1960, e a Conferência das Organizações Nacionais de Libertação das Colônias Portuguesas (CONCP), em 1961. Segundo a especialista em história da África, Leila Leite Hernandez (2005), dentre os escopos desses centros organizadores estavam o fornecimento de apoio aos movimentos de independência dos PALOP, suporte logístico e material e articulação política entre países independentes e não independentes. Ao que se pode atribuir das competências dessas organizações nos processos de independência dos PALOP, existem ínfimas exposições no campo acadêmico das atividades realizadas – o que é, por fim, uma lástima. Um exemplo melhor debatido e analisado de concertação política entre países dos PALOP no período da descolonização é a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, do qual, na década de 80, se instituiria o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), que até hoje se configuram como partidos-políticos de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Em um balanço geral sobre as instâncias de cooperação dos PALOP durante o período de descolonização, foram de todo positivas para a consequente conquista da independência e o reconhecimento da soberania desses países no sistema internacional. O fortalecimento das suas relações, devido à herança colonial, à língua comum, à identidade continental cultural, dentre outros fatores, também é gratificada por esses empenhos históricos, os quais, por sua vez, também vieram a encorajar o desenvolvimento da cooperação por meio de relações multilaterais dos países de língua portuguesa, mesmo além da África, como o Brasil e Timor-Leste, futuros estados membros da CPLP, e até mesmo com Portugal, que em um contexto renovado instituiu novas relações de cooperação com os PALOP após a derrocada do regime autoritário vigente – que se destaca ter sido influenciado pela frente posta dos movimentos independentistas dos PALOP, além do contexto internacional histórico –, acontecimento que deu espaço às negociações de transição de poder de Portugal aos estados independentes. Completa-se, enfim, que a integração dos países de língua oficial portuguesa nessa empreitada se constitui como uma forma de estabelecer duradouros costumes de cooperação construtivos provenientes de relações linguísticas, nesse caso, através do português.

3 Reflexões Derivadas do Período Pós-Colonial – Sobre a Identidade Lusófona

A identidade lusófona, identificada comumente pela herança colonial e a língua em comum, é parte da discussão acerca das relações dos PALOP. É através dessa identidade que a possibilidade da concepção de empreitadas no âmbito da cooperação entre países lusófonos

concretizou-se, vindo a possibilitar uma inclinação clara ao desenvolvimento mútuo das relações entre esses países. Se, durante o período da descolonização, existiu um entendimento orientado ao objetivo mútuo dos PALOP em obter suas independências de Portugal, no período pós-colonial e de formação de estado, esse esforço tornou-se, em prática, completamente invalidado, o que levanta a questão de qual realmente é o papel da identidade lusófona e qual a sua real importância e influência nas relações entre os cinco países.

A singularidade da situação da descolonização tardia de Portugal é realçada na literatura acadêmica sobre o tópico e enfatiza outras identidades nacionais dos PALOP, como o pertencimento a demais organizações internacionais africanas, também dando ênfase em uma maior afinidade linguística com os idiomas nativos continentais do que com o português. Apesar disso, a língua oficial dos países continuou sendo o português, pois mesmo com a busca de uma identidade nacional estando mais centrada em outras particularidades e a apropriação da “lusofonia” em declínio, ainda se reconheciam benefícios precisos que, em comparação com a adoção de uma língua nativa africana, evitariam dificuldades inoportunas.

Esses realces da discussão sobre a identidade lusófona se concentram na inadequação da herança colonial como condutor de uma identidade nacional e também dos registros históricos, o que ressalta a problemática dos analistas da África lusófona em se apoiar nos relatos de Portugal para registrar a história dos países – e da importância da revitalização e preservação da identidade nativa africana, o que é um debate perfeitamente legítimo e que deve ser fortalecido. No âmbito dos estudos acadêmicos desenvolvidos, Patrick Chabal (2002) critica veementemente a falta de coerência e continuidade nesse campo de estudo, uma opinião acertada.

A problemática da construção da identidade nacional após o controle colonial revelou necessitar de uma abordagem diferente daquela da luta pela independência. Se, por um lado, a luta contra o colonialismo unificou os PALOP contra um fator externo, a obtenção da independência deu espaço a reivindicações e alterações internas que não viriam a ser resolvidas facilmente, o que esclarece o abandono da estratégia de cooperação durante o período pós-colonial. As estruturas de poder não estavam garantidas às lideranças que assumiram os governos e observa-se com clareza essa mudança de foco em relação ao esforço identificado na descolonização.

Relacionando o papel dos estados nessa discussão, os partidos que constituíram os movimentos de independência de Angola e Moçambique encabeçaram guerras civis ocorridas nos dois países, um obstáculo ao aprimoramento da cooperação em um contexto mais geral

entre os dirigentes anticolonialistas, que uniram forças em um período não muito distante do tempo em que assumiram o governo dos seus países. Sem se debruçar demasiadamente em uma análise política ou social sobre os motivos dessa ocorrência contraditória, é concebível como o fato contribuiu para a distorção do debate sobre a identidade lusófona.

Um dos fatores que demarcam uma semelhança no período pós-colonial dos PALOP é a transferência do poder colonial para partidos que, pelos motivos mais variados, governariam sem oposição efetiva (com exceção do MPLA em Angola, contestada pelas rivais FNLA e UNITA, e da FRELIMO em Moçambique, contestada pela adversária RENAMO, resultando nas guerras civis sangrentas que ocorreram nesses países), o que também colaborou para a inserção da África lusófona no contexto que se relaciona à temática recorrente do unipartidarismo, caracterizada por governo contínuo e sem alternância de administração partidário-ideológica, difundido durante essa época em determinados países africanos em formação de estado. O que coloca em evidência outro fator que se revela como semelhança: a instauração de uma ideologia socialista nesses países, o que, apesar de ter possibilitado uma abordagem diferente da construção de estado nos PALOP em comparação ao restante do continente, surpreendentemente não contribuiu para uma construção de coerência em esforços unificados sobre as respectivas formações de estado nos países de língua oficial portuguesa, o que pode ser explicado pela proeminente discussão acerca da identidade nacional e as diferenças de cada um dos países lusófonos nesse sentido.

Em retrospectiva, os desafios de construção de Estado dos PALOP no período pós-colonial eram palpáveis e múltiplos, explicando o que se passou durante esse tempo para demonstrar a alteração na estratégia mais ampla dos países. Apesar do distanciamento, logo os PALOP se encontrariam novamente em uma constituição de esforços únicos voltados ao próprio desenvolvimento, talvez não por iniciativa própria, mas definitivamente orientados nesse sentido.

A identidade derivada da lusofonia é, sem contestação, de origem complexa, mas ainda de relevância determinante nas relações multilaterais dos PALOP e do restante dos países de língua oficial portuguesa fora do continente africano. Há capacidade para uma transformação substancial do problema de “legitimidade” dessa identidade, no sentido de que ela pode se tornar mais do que uma simples herança colonial, sem que tenha de “custar” o desenvolvimento de identidades regionais ou linguísticas, estando devidamente observadas e respeitadas a importância dessas, tendo também em consideração fatores como o multiculturalismo e o multilinguismo no mundo cada vez mais globalizado.

4 Década de 90: Criação da Comunidade e Relações do Brasil com os PALOP

Observa-se a criação da CPLP a partir de um contínuo empenho e de negociações desde os anos finais da década de 80, ocorrendo durante um grande período da década de 90 e até 1996, culminando com a cúpula que reuniu os chefes de estado dos então países de língua oficial portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal. Muitas são as temáticas de integração e cooperação que fundamentaram a inspiração dessa empreitada – o que se pode inferir pelas numerosas áreas tratadas na gerência da organização – com um destaque especial para a língua portuguesa e a cultura, sendo precursora e instrumental para o desenvolvimento da CPLP a fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

O histórico de relações do Brasil com os PALOP, da década de 60 até o início da década de 90, no período da luta pela independência dos países africanos frente a Portugal e até o período de formação de estados no continente africano, se configura temporalmente por um regular favorecimento na relação com esses países – de acordo com as proximidades linguísticas e culturais, tanto quanto o histórico colonial compartilhado – e por pontual desinteresse no continente africano como um todo dentro do quadro da política externa brasileira.

É no decorrer desse período que se pode distinguir um objeto marcante que viria a nortear o futuro das relações bilaterais e multilaterais entre o Brasil e os PALOP: a instauração de acordos e projetos de cooperação que incentivaram o intercâmbio cultural e educacional. Outro ponto importante foi o apoio à paz e ao desenvolvimento nesses países, denotado pela visita do então chefe de estado brasileiro, José Sarney, até Angola e Moçambique. Tal apoio viria a se consolidar na década de 90 e nos anos seguintes, novamente em caráter bilateral e multilateral, que é onde se configura uma das maiores estratégias da influência brasileira entre os PALOP.

Durante a década de 90, no continente africano, os PALOP se encontravam em graus diferentes de conflito, com uma guerra civil ocorrendo em Angola e uma terminando em Moçambique, instabilidade política devida aos recorrentes golpes de estado na Guiné-Bissau, e, apesar de reconhecível estabilidade política em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ainda assim níveis baixos de desenvolvimento. Instaura-se, então, com a criação da CPLP, uma oportunidade manifesta para o crescimento dos PALOP. Entretanto, com esses variados problemas afetando as prioridades desses países, se observa assim a explicação para a “demora”

com que esse processo de concepção foi marcado. Da perspectiva dos países não africanos que integraram a fundação da CPLP, Brasil e Portugal, se observava um cuidado designado a não favorecer uma noção “imperialista” em relação aos africanos, e somado ao então interesse brasileiro não prioritário pelo continente africano e o fato de Portugal ter colonizado esses países, elucidam mais ainda a recorrência do processo lento de criação da CPLP.

O enfoque da política externa brasileira e portuguesa com grande precedência para a criação da CPLP e das análises sobre o assunto causa prejuízo no desenvolvimento do contexto. Notadamente, é um aspecto importante, já que se versam das relações linguísticas e político-diplomáticas entre os países de língua oficial portuguesa, contudo, esse foco não deve ser singular em relação ao desenvolvimento da literatura acadêmica de uma organização multilateral.

Reconhece-se também na escrita sobre a CPLP, tanto por acadêmicos como por políticos e por diplomatas, uma desvalorização recorrente dessa organização internacional, que pode ser identificada, em parte, como uma extensão do desinteresse pela África como um todo, já que a maior parte dos países integrantes da CPLP são africanos, possuindo também um país latino-americano, um país europeu considerado como “de segunda” e, mais recentemente, um país asiático, fugindo assim dos eixos hegemônicos do sistema internacional.

Observa-se que organizações internacionais fundamentadas em laços linguísticos ou coloniais, como a *Commonwealth* e a *Francofonie*, possuíam um objetivo manifesto de incentivar uma dependência política e econômica entre os países coloniais e os colonizados. Apesar de que, com o passar do tempo, houve um distanciamento ressaltado na política externa dos países europeus em relação à África, é compreensível, mas não justificável, o entendimento de que a CPLP tenha base em uma simultaneidade com essas organizações. É também debatido que seja oportunidade de o Brasil promover uma espécie de “imperialismo” nas relações com a África, uma ideia fundamentalmente precipitada. Não se observa a promoção de noções imperialistas tanto no processo de criação da Comunidade como na maneira com que se rege o seu funcionamento interno. A base no consenso de todas as decisões da CPLP e a política externa notadamente resignada do Brasil e de Portugal para com a África evidencia uma diferença, nesse aspecto, em comparação com a *Commonwealth* e a *Francophonie*.

Outro ponto muito debatido é a inserção linguística de idiomas como o inglês e o francês nos países africanos de língua oficial portuguesa (sendo alguns países lusófonos, como Cabo Verde e Moçambique, também membros da *Commonwealth* e da *Francophonie*). A construção de uma identidade multilíngue é perfeitamente possível de se conceber e se

conciliar, especialmente na África, devido à natureza linguística extremamente diversa do continente. Não é prejudicial à estratégia de fortalecimento do português que exista a promoção de outras línguas também, contribuindo, assim, para uma possível internacionalização e uma identidade cultural-linguística diversificada, para cada vez mais o sistema internacional e as nações nele inseridos serem mais multilíngues e integrados entre si.

5 Desenvolvimento Africano e Cooperação no Século XXI

O contexto da fundação da CPLP, no que se refere ao Brasil, é o da priorização de políticas neoliberais que buscam favorecer mais o desenvolvimento das relações com as grandes potências. Contudo, a concepção da Comunidade protagonizaria uma ‘retomada’, baseada no fortalecimento da posição internacional do Brasil no sistema internacional, o que ocorreria por meio de uma integração internacional maior que se expandiria para a África.

Observado esse aspecto da importância da CPLP para o Brasil e para os PALOP, a CPLP constitui uma oportunidade distinta de desenvolvimento. Os pilares de funcionamento da Comunidade – baseados na concertação político-diplomática, na cooperação e na promoção da língua portuguesa – servem de base para o ordenamento dos projetos que constituem um foro de cooperação privilegiado entre os países lusófonos. O foro da CPLP também possui um papel importante em promover a democracia e os direitos humanos nos PALOP.

As diferentes prioridades para os países membros que podem ser observadas na tabela de hierarquização das prioridades, disponível no artigo de José Filipe Pinto (2011) para a Revista Angolana de Sociologia, esclarecem o que cada país desejava com a criação da CPLP: os países africanos, com exceção de Angola, priorizavam o estímulo ao crescimento econômico, compreensível de acordo com os níveis de desenvolvimento dos próprios, ao passo que Angola e o Brasil numeram em primeiro lugar a cooperação técnico-cultural, novamente dando ênfase ao papel da promoção cultural como um dos fatores principais da criação da CPLP e também do ponto de vista do Brasil e de Portugal, que deu prioridade à concertação política e diplomática.

Um ponto central é a circunstância das questões internas africanas na estrutura, no desenvolvimento e no fortalecimento da CPLP, ou seja, as necessidades da Comunidade se correlacionam com as necessidades dos PALOP. Destacada a importância da concertação econômica e de outras organizações que os estados da CPLP sejam membros, é clara uma orientação ao desenvolvimento dos PALOP, por meio da cooperação, na CPLP, tendo em mente que o bloco é majoritariamente africano e com um escopo multicontinental que se traduz em

um alcance elevado da Comunidade no mundo. De tal modo, quanto mais os PALOP se desenvolverem, mais a CPLP crescerá internamente e externamente.

É notável que existem lacunas a serem preenchidas tanto em projetos de cooperação (limitados fortemente pela ausência de vontade política e recursos financeiros para maior investimento), como em uma definição mais ampla da identidade da CPLP. Mais recentemente, com o anúncio de que haveria avanço na pauta da mobilidade na Comunidade como item prioritário na agenda da presidência rotativa de Cabo Verde, que assumiu em julho de 2018, é possível distinguir ser de prioridade um incentivo à construção do ‘espaço lusófono’, sendo de esperança que a partir disso exista uma maior disseminação de benefícios provindos da CPLP para as sociedades que compõem as nações de língua oficial portuguesa, e de que ocorra desenvolvimento orientado aos frutos que podem ser colhidos de uma maior mobilidade e integração entre países, como, por exemplo, maior investimento econômico, intercâmbio cultural e estudantil etc.

Uma área de merecido destaque no desenvolvimento da CPLP são as políticas linguísticas. Na forma do IILP, a CPLP promove o crescimento da língua portuguesa no âmbito internacional, apesar da fragilidade com que se encontra o Instituto nos últimos anos. No destaque para a promoção da língua portuguesa, também se identifica o contínuo aumento de observadores associados e consultivos, os quais se comprometem com o incentivo do ensino e do uso da língua portuguesa, fato que fortalece a posição da CPLP como um todo e dos países membros individualmente no sistema internacional.

Na área da abertura relacionada à sociedade civil, os observadores consultivos provêm com projetos das mais variadas envolturas, originados de universidades, fundações, institutos, associações na mesma variedade de temáticas que a CPLP trata: justiça, educação, saúde, etc. Frisado o interesse externo na CPLP, para muito além de estados, é identificado também o aumento exponencial, com o passar dos tempos, dos observadores associados, países que se comprometem com projetos de promoção da língua portuguesa e concertação política em um foro multilateral.

Nos muitos projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito da Comunidade, são de destaque áreas como justiça, defesa, saúde, educação, comunicação, segurança alimentar, turismo, dentre outras. Com uma variedade enorme de projetos em curso e sendo pensados para longo prazo, a concertação dentro da CPLP é de afirmado sucesso, mas há uma perda com a eficiência e o escopo desses projetos. Anseia-se que com um maior crescimento, tanto dos

PALOP como da CPLP em si, os benefícios da cooperação multilateral possam ser reconhecidos amplamente, como também a noção de pertencimento a esse espaço.

7 Considerações finais

A integração dos países de língua oficial portuguesa estabelece-se como a forma de solidificar a cooperação proveniente de relações linguísticas através do português. Historicamente, a conquista da independência e o reconhecimento da soberania dos PALOP internacionalmente beneficiaram-se das instâncias de cooperação dos PALOP no processo de descolonização.

Reconhece-se a complexidade da identificação com a lusofonia e, também, sua relevância preponderante nas relações multilaterais dos países de língua oficial portuguesa. Ressalvada a construção de identidades regionais e linguísticas, e considerando uma crescente integração no continente africano por intermédio de fatores como o multilinguismo e o multilateralismo, a apropriação e ressignificação da lusofonia é chave para o crescimento da mesma, destacando-se a imprescindibilidade de preservar a diversidade cultural existente na CPLP como central para a lusofonia.

A CPLP mostra-se abrangente e multifacetada nos tópicos que envolvem os PALOP e os países não africanos da Comunidade. A cooperação entre esses atores destaca-se acertada, multiforme e de potencial elevado. Apesar disso, revela-se indispensável um comprometimento eficaz com o fortalecimento da CPLP por meio de maiores esforços quanto às áreas de políticas linguísticas, através do IILP, e, também, quanto à extensão da concertação para ampliar os esforços ao desenvolvimento mútuo e à apropriação do que deve ser identificado amplamente como uma rede de atuação da lusofonia e da CPLP, envolvendo todos os atores da organização internacional.

Por fim, ressalta-se ser indispensável para o desenvolvimento o multiculturalismo e a integração, bem como para as relações dos PALOP entre si e com os demais países, como os não africanos membros plenos da CPLP, e com os atores observadores de cunho governamental e civil.

Referências

BIRMINGHAM, David. **The decolonization of Africa**. London: Taylor & Francis e-Library, 2009.

CAHEN, Michel. **De Timor à Letícia**, géopolitiques des mondes lusophones. Lusotopie, nº1, 1994. Géopolitiques des mondes lusophones. Paris: L'Harmattan, 1994, p. 19-33.

CAHEN, Michel. **Quarenta anos depois das independências dos PALOPs** – Problemas historiográficos da África colonial portuguesa. África. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 35, 2015, p. 11-17.

CHABAL, Patrick et al. **A history of postcolonial lusophone Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

FREIXO, Adriano. **Dez anos da CPLP**: As perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. Cena Internacional (UnB), Brasília, v. n. 1, n.1, p. 35-54, 2006.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula** – visita à história contemporânea. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2008.

História Geral da África, VI: **África do século XIX à década de 1880**/ editado por J. F. A. de Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

História Geral da África, VII: **África sob dominação colonial, 1880-1935**/ editado por Albert Adu Boahen. 2. Ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

História Geral da África, VIII: **África desde 1935**/ editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

LOPES, Luís Henrique Sobreira; MELLO, Fernando Figueira de; KALLÁS, Maria Lima (Orgs.). **A presidência brasileira da CPLP (2016-2018)**: textos e documentos. Brasília: FUNAG, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2009, vol.52, n.2, p. 22-42.

MONTEIRO, António. **A comunidade dos países de língua portuguesa**. Nação e Defesa, 1996.

OLIVEIRA, Caio Augusto. A CPLP como instrumento de política externa brasileira e de desenvolvimento para os PALOP. **Revista Perspectiva** (UFRGS). v. 8, n. 15, 2015.

OLIVER, Roland; ATMORE, Anthony. **Africa since 1800**. New York: Cambridge University Press, 2005.

PENNA FILHO, Pio. **A África contemporânea**: do colonialismo aos dias atuais. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul** – O arco Atlântico da política externa brasileira. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África Subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, p. 5-23.

PINTO, José Filipe. Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia, **Revista Angolana de Sociologia**. v. 7, p. 107-118, 2011.

RAMERINI, Marco. A herança da língua portuguesa na África. **Colonial Voyage**. Disponível em: <<https://www.colonialvoyage.com/pt-pt/a-heranca-da-lingua-portuguesa-na-africa/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **A política africana do governo Lula**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.